



**CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES**

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

### **ARRENDAMENTO DO BAR/RESTAURANTE “O TRANCADOR”**



**MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**Artigo 1.º**

**Identificação do Concurso**

1. O Município das Lajes das Flores pretende adjudicar o arrendamento/exploração do Bar "O Trancador".
2. O concurso é intitulado de Arrendamento do Bar/Restaurante "O Trancador".
3. O procedimento norteia-se pelas regras gerais civis ou comuns, sem prejuízo de se estipularem no presente procedimento regras próprias da contratação pública em geral.

**Artigo 2.º**

**Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é o Município de Lajes das Flores sito na Avenida do Emigrante N.º 4, 9960-431, Lajes das Flores, contacto telefónico 292590800 e endereço eletrónico [geral@cmlajesdasflores.pt](mailto:geral@cmlajesdasflores.pt).

**Artigo 3.º**

**Órgão que tomou a decisão de contratar**

A Câmara Municipal de Lajes das Flores na reunião realizada no dia 17 de maio de 2018.

**Artigo 4.º**

**Órgão competente para prestar esclarecimentos**

1. O órgão competente para prestar esclarecimentos é a Câmara Municipal das Lajes das Flores, ou o júri do procedimento, no caso de delegação de poderes para este efeito, a quem devem ser solicitados pelos interessados, por escrito e/ou por transmissão eletrónica de dados, para o endereço eletrónico [geral@cmlajesdasflores.pt](mailto:geral@cmlajesdasflores.pt), no primeiro terço do prazo para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior, serão prestados pelo Júri do procedimento, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos devem ser disponibilizados na página eletrónica da entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, fazendo parte integrante das mesmas e prevalecendo em caso de divergência.



10

### **Artigo 5º**

#### **Consulta e fornecimento das peças do procedimento**

1. As peças do procedimento estão fisicamente disponíveis nos serviços da entidade adjudicante, para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do anúncio do concurso.
2. As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas, de forma direta e gratuita, na página eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

### **Artigo 6.º**

#### **Documentos constituintes da proposta**

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. A proposta, elaborada de acordo com o modelo constante do Anexo I ao presente clausulado, deve ser entregue **até às 16H30 horas do dia 12 de junho de 2018** na sede da Entidade Adjudicante na morada seguinte: Avenida do Emigrante n.º 4, Lajes das Flores.
3. A proposta deve conter os seguintes elementos:
  - O preço total da contraprestação de renda, em obediência ao estipulado no presente PP e no CE, em algarismos e por extenso;
  - Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente clausulado.
  - Memória descritiva e justificativa da atividade a desenvolver, aferida ou referenciada aos fatores concretos de densificação do critério de adjudicação patenteados no presente programa do concurso;
  - Currículo dos concorrentes, nomeadamente nas áreas referidas na alínea 6.2 do artigo 10.º do presente documento;
  - Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para efeito de clarificação da sua proposta.
4. Os documentos que constituem a proposta serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada.



**MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**Artigo 7.º**

**Propostas Variantes**

1. Não é permitida a apresentação de propostas variantes.

**Artigo 8.º**

**Ato Público do Concurso**

1. O ato público do concurso terá lugar na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Lajes das Flores, Avenida do Emigrante n.º 4, Lajes das Flores, pelas dez horas do dia útil imediatamente subsequente ao termo do prazo fixado para apresentação de propostas.
2. A sessão do ato público pode intervir qualquer interessado, mas nele apenas podem intervir os concorrentes e seus representantes, estes últimos quando devidamente credenciados.
3. Os concorrentes bem como os seus representantes podem, durante a sessão do ato público, examinar todos os documentos apresentados, no prazo fixado pelo júri e reclamar da lista de concorrentes.

**Artigo 9.º**

**Modo de Apresentação das Propostas**

1. As propostas são apresentadas em suporte de papel e os documentos que as constituem devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita a palavra «Proposta» indicando-se o nome ou a denominação social do concorrente ou, se for o caso, dos membros do agrupamento concorrente, e a designação do contrato a celebrar.
2. O invólucro que contém os documentos pode ser entregue diretamente ou enviada por correio registado, devendo em qualquer caso, a receção ocorrer dentro do prazo e no local fixado para apresentação das propostas.
3. A receção dos invólucros será registada, anotando-se a data e hora em que os mesmos são recebidos e, no caso de entrega direta, a identidade das pessoas que a efetuaram, sendo entregue a estas um recibo comprovativo dessa entrega.

**Artigo 10.º**

**Valor ou preço base mínimo e Critério de adjudicação**



df

1. O valor base mínimo a propor para a renda mensal é, imperativamente, de 200€.
2. A adjudicação do arrendamento a celebrar é norteadada pelo critério geral da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifactor (relação preço/qualidade).
3. A pontuação global de cada proposta corresponderá ao resultado da soma das pontuações parciais obtidas em cada fator elementar, multiplicadas pelos valores dos respetivos coeficientes de ponderação.
4. Todos os fatores são objeto de uma avaliação quantitativa com vista à atribuição de uma pontuação orientada à unidade (100%).
5. A pontuação atribuída a cada fator é arredondada às centésimas sempre que se justifique.
6. Para efeitos do estabelecido nos números anteriores, estabelecem-se os seguintes fatores de ponderação:
  - a) Preço mais alto – 50%
  - b) Experiência – 25%
  - c) Juventude – 25%
7. Densificação dos factores de ponderação:
  - 7.1. Preço mais alto (sendo que o Preço base é o preço mínimo, de respeito imperativo, sob pena de exclusão imediata da proposta, 200€). Nestes termos, partindo do referido preço mínimo, a proposta será valorada do seguinte modo:
    - 7.1.1. mais 1 ponto por cada unidade de 100€ acima dos 200€, arredondada às centésimas, nos ternos do disposto em 5 (ou seja, uma centésima por cada euro acima dos 200 euros).
  - 7.2. Experiência (25%), densificada nos seguintes termos:
    - 7.2.1. 1 ponto por cada ano de experiência na área da gestão empresarial nas áreas de bar/restauração, até ao limite máximo de 10 pontos, no caso de pessoa singular; ou, sendo pessoa coletiva, o respetivo representante legal ou a pessoa pela empresa a afetar diretamente ao objeto do contrato (neste último caso, deverá mencionar-se esta designação expressamente na proposta, acompanhada de declaração expressa, sob compromisso de honra, dessa mesma



**MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

pessoa, de que irá prestar o serviço para o adjudicatário em caso de adjudicação) – tem aplicação o disposto em 5.;

7.2.2. 0.5 pontos por cada ano de experiência na área de serviço ao público nas áreas de bar/restauração, até ao limite máximo de 5 pontos, no caso de pessoa singular; ou, sendo pessoa coletiva, o respetivo representante legal ou a pessoa pela empresa a afetar diretamente ao objeto do contrato (neste último caso, deverá mencionar-se esta designação expressamente na proposta, acompanhada de declaração expressa, sob compromisso de honra, dessa mesma pessoa, de que irá prestar o serviço para o adjudicatário em caso de adjudicação) – tem aplicação o disposto em 5.

7.3. Juventude (25%):

7.3.1. 5 pontos para concorrentes até aos 35 anos de idade, no caso de pessoa singular; ou, sendo pessoa coletiva, o respetivo representante legal ou a pessoa pela empresa a afetar diretamente ao objeto do contrato (neste último caso, deverá mencionar-se esta designação expressamente na proposta, acompanhada de declaração expressa, sob compromisso de honra, dessa mesma pessoa, de que irá prestar o serviço para o adjudicatário em caso de adjudicação);

7.3.2. todos as demais situações, zero pontos.

8. Se houver empate, a proposta a adjudicar será escolhida por sorteio, realizado na presença dos representantes legais dos concorrentes que apresentaram as propostas empatadas, em dia e hora a designar pelo órgão competente da entidade adjudicante para a decisão de contratar. (O sorteio será feito pelo júri do concurso, mediante o sistema de aposição em boletim de papel, posteriormente dobrado em 4, contendo os nomes/identificação social dos concorrentes empatados, e seu depósito em urna ou em saco de pano ou papel, sempre opacos-escuros de modo a preservar-se a idoneidade do sorteio; e serão os próprios representantes dos concorrentes empatados quem, à vez, retirarão da urna ou do saco cada um 1 boletim - a começar pelo concorrente cujo nome ou designação social iniciar com a letra do alfabeto latino-português mais aproximada da primeira ou por esta própria - letra A).





### **Artigo 11.º**

#### **Obrigações do arrendatário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o arrendatário as seguintes obrigações:

- a) Estar aberto ao público diariamente de maio a outubro, com horário alargado, com serviço de pequeno-almoço, almoço e jantar.
- b) Estar aberto aos fins-de-semana de novembro a abril.

### **Artigo 12.º**

#### **Habilitação**

O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 10 dias a contar da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo III e que faz parte integrante deste clausulado-convite;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos;
- c) São excluídos do concurso os concorrentes que tenham incumprimento anterior com a autarquia no último ano (a contar da data da resolução do contrato, da data do trânsito em julgado da sentença condenatória ou da data da decisão de aplicação da sanção), entendendo-se como incumprimento o que tenha conduzido à resolução contratual, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;
- d) Para o efeito da alínea precedente, a exclusão pode ser aferida em qualquer fase do concurso e, no caso de pessoa individual, é extensiva a qualquer membro adulto do agregado familiar do concorrente, e, no caso de pessoa coletiva, a qualquer sócio ou a qualquer membro dos respetivos órgãos sociais.

### **Artigo 13.º**

#### **Modo de apresentação dos documentos de habilitação**



**MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

1. O adjudicatário pode apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos na cláusula precedente através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Quando os documentos a que se referem as alíneas d) e e) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos se encontrem disponíveis na *Internet*, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Entidade Adjudicante o endereço do *sítio* onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos *sítio* e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos nas alíneas d) e e) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, é dispensada a sua apresentação nos termos precedentes.
4. O órgão da Entidade Adjudicante competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no artigo 11º, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos precedentes.

**Artigo 14.º**

**Redução do contrato a escrito**

1. O contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
2. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário, tal como os impostos por este legalmente devidos.

**Artigo 15.º**

**Outorga do contrato**

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da adjudicação.





2. O órgão da Entidade Adjudicante competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

### **Artigo 16.º**

#### **Representação na outorga do contrato**

1. Na outorga do contrato, a representação da Entidade Adjudicante cabe ao seu órgão competente para a decisão de contratar.
2. A competência prevista no número anterior para a representação da Entidade Adjudicante na outorga do contrato pode ser delegada nos termos gerais.

### **Artigo 17.º**

#### **Não outorga do contrato**

A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato.

Lajes das Flores, 28 de maio de 2018.



**MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**ANEXO I**

**MODELO DA PROPOSTA**

F\_\_\_\_\_ (indicar nome, estado, profissão, ou firma e sede), depois de tomado conhecimento do objeto do CONCURSO para o arrendamento/exploração do Bar "O Trancador", a que se reporta o anúncio datado de ..., obriga-se a executar o contrato, de harmonia com o caderno de encargos, **propondo, como contrapartida mensal de rendas** por si a pagar à Entidade Adjudicante, as seguintes:

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Junta, em anexo, documentos que instruem a proposta.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_



## ANEXO II

### Modelo de declaração

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo

processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);



**MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes

crimes (16)] (17):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem

como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.



7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(10) Declarar consoante a situação.

(11) Declarar consoante a situação.

(12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.



**MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57.º





*JP*

ANEXO III

**Modelo de declaração**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em



**MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

Lajes das Flores, ... de maio de 2018.